

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS ASSENTAMENTOS DO MST: AS POSSIBILIDADES INSCRITAS NO PROCESSO DE DIVISÃO DE GLEBAS DO ACAMPAMENTO DOIS DE JULHO-MG

Leandro Arb D'abreu Novaes – Unicentro Newton Paiva
leandroarb@yahoo.com.br

Lourival Garcia Barrientos Júnior – Unicentro Newton Paiva
loronp@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A questão agrária é motivo de muita controvérsia no Brasil. De fato, a mesma tem sido motivo de discussão desde quando o homem começa a apropriar-se de uma grande quantidade de terra e/ou privar de um pedaço de terra de outro semelhante.

A terra já foi vista (e ainda o é, em poucas tribos indígenas sem contato com o chamado mundo “civilizado”) como bem comum ou como uma dádiva divina. Porém, a cada ano que se passa, o conceito de propriedade privada vem sendo concebido como conceito definitivo para a definição do *status* da terra, sendo a mesma como um instrumento de reprodução de capitais.

Essa é a razão de todas as lutas no campo. Homens que dizem que a terra é privada, que o chão pode ser demarcado e assim constituir-se num bem privado, lutando contra outros homens, esses quase sempre “sem-terra”, que defendem sua ideologia e concepção da terra como bem coletivo e com uma função social: a de reproduzir a vida.

Esta pesquisa focaliza o momento em que, como forma de resistir ao processo de expropriação a que são submetidos, os camponeses se organizaram em um movimento legítimo de luta pela permanência na terra. Diante da impossibilidade de cobrir todo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), esta pesquisa dedicou-se a estudar um acampamento, o Dois de Julho, onde foi desenvolvido o objeto deste trabalho. Na luta pela terra, o MST tem feito da ocupação de terras seu principal instrumento de luta. Este processo de ocupação, tão logo se desenrola, dá início a um outro de maior duração, tanto no que se refere ao tempo quanto aos sacrifícios. Enquanto a luta se trava, na justiça ou não, famílias estão acampadas, sem condições mínimas de higiene e de qualidade de vida, esperando um veredicto. Elas não podem transformar a propriedade, organizar um modelo de produção ou distribuir as casas, na incerteza de que, talvez em pouco tempo, podem ser expulsas da localidade em que se encontram.

Quando o veredicto é negativo aos camponeses, os mesmos saem da propriedade ocupada e procuram outra terra para tentarem estabelecerem-se em um novo local. Ficam, às vezes, meses na estrada, em busca de um novo espaço para desenvolverem a agricultura e alojarem-se. Quando o veredicto é positivo, eles finalmente podem desenvolver um modelo de divisão de glebas, isto é, podem pensar em como dividir o latifúndio ocupado de forma razoável e produtiva. Enfim, podem definir sobre a própria vida e “reconquistar o futuro”. A divisão de glebas é, talvez, o momento de maior importância para um assentamento, pois, é o momento em que se consolidam todas as idéias das famílias do local no espaço, essa divisão pode ser feita de diversas maneiras. No caso do MST, incentiva-se que a mesma seja construída de acordo com os princípios e a ideologia socialista do movimento. Neste sentido, essa divisão deverá propiciar um pensamento em conjunto para os

acampados, e não um estímulo ao individualismo tão comum na racionalidade capitalista. Pode-se dizer assim, que a divisão da gleba ocupada é a alma do acampamento e ela tem grande influência sobre o sucesso do assentamento, possibilitando que ele se consolide de forma sustentável ou fracasse em curto ou médio prazo.

OBJETIVO

Diante da centralidade da questão de divisão de glebas, este trabalho objetiva desenvolver uma discussão em torno da mesma, nos acampamentos, partindo do caso particular do acampamento *Dois de Julho*. O trabalho não objetiva apresentar um modelo de divisão definitivo ao caso particular do Dois de Julho, mas sim, procurar discutir as variadas alternativas para que essa divisão seja feita, levantando aspectos positivos e negativos de uma ou de outra forma de possibilidade de divisão.

Neste sentido, este trabalho, tendo como base o estudo geográfico da área, buscará fazer uma leitura das propostas das quais se utiliza o MST. Assim se discutirá, se esta ou aquela proposta poderia alcançar no espaço do acampamento Dois de Julho, os objetivos que a organização espacial se propõe. Não se trata de uma avaliação formal ou técnica, mas o que se pretende de fato é discutir a partir das propostas que norteiam o MST, as relações sociais e como estas influenciam e são influenciadas pelo modo com o espaço é produzido. Mais que uma análise direta da divisão de glebas, pretende-se analisar os princípios e concepções norteadoras de cada proposta, bem como suas vantagens e desvantagens. Nesta perspectiva o assunto desta pesquisa foi as divisões de glebas apresentadas pelo INCRA e pelo MST, bem com seus impactos e implicações.

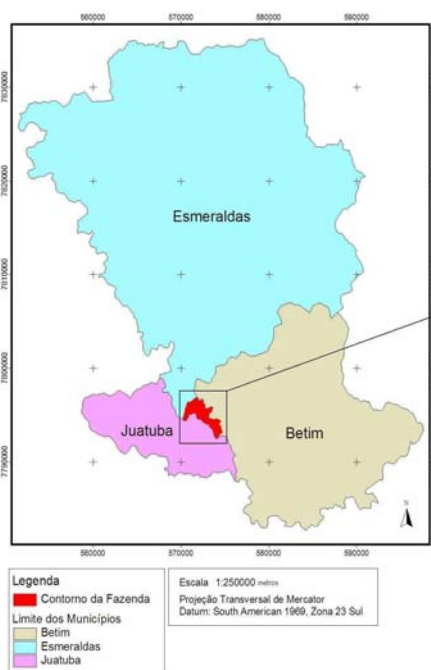
BREVE HISTÓRICO DO ACAMPAMENTO DOIS DE JULHO

O pré-assentamento Dois de Julho é assim denominado devido ao fato da fazenda que é o objeto deste trabalho ter sido ocupada em Dois de Julho de 1999. À partir de dois de julho de 1999, houveram confrontos com a polícia militar¹, mas não muito graves como, por exemplo, registros de ridos ou mortos. De acordo com as informações dos próprios moradores do acampamento Dois de Julho, inicialmente ocuparão cerca de 100 famílias, número que mais tarde foi reduzido pelo próprio MST para 50 famílias. Atualmente moram no local cerca de 200 a 250 habitantes entre crianças, jovens, adultos e idosos no local. No que se refere à origem social dos acampados pode-se dizer que

a população ali residente é formada por pessoas de origens diversas: carpinteiros, pedreiros e muitos desempregados da cidade grande. No entanto, a predominância é de camponeses expropriados ou ligados ao campo e que tiveram, por razões diversas, cerceadas suas possibilidades de continuarem ligados à terra.

A LOCALIZAÇÃO DO PRÉ-ASSENTAMENTO DOIS DE JULHO

A localização, o acampamento Dois de Julho situa-se dentro dos limites da Fazenda Ponte Nova do Vinhático, do



¹ De acordo com o site Notícias Terra, do dia 17 de abril de 2004. O acontecido pode ser revisto no site:

<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI295062-EI306,00.html>

proprietário José de Paulo Ferreira. Esta, por sua vez, encontra-se localizada na divisa dos municípios de Betim, Juatuba e Esmeraldas, municípios estes integrantes da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte), dentro do Estado de Minas Gerais. A figura 2 mostra a localização geográfica da área.

DISCUSSÃO

Antes de passar à análise propriamente dita das divisões de glebas torna-se necessário esclarecer que o processo de divisão das glebas de um acampamento se dá no momento em que os acampados têm a confirmação da posse da terra em que estão ocupando, isto é, que obtiveram a garantia jurídica que poderão permanecer na área, sem as incertezas de que em alguns anos serão removidos. Fato importante, devido ao investimento de capital e trabalho na terra, ser a médio e em alguns casos, como reflorestamento com espécies nativas para recuperação hídrica, a longo prazo. Assim, a certeza da posse da terra é fundamental. Conseguindo essa garantia, partem para a organização das famílias e distribuição das mesmas, sendo considerada um assentamento. É nesse exato momento, que os agora assentados, passam a discutir as propostas para que seja feita a divisão dos lotes não só por tamanho, mas também, qual será o modelo de produção, tipos de cultura, regras de convivência, etc. É também nessa fase que os acampados se deparam com a sua maior dificuldade, pois eles têm pela frente uma série de decisões a serem tomadas que, no limite definirão os seus modos de vida e determinará a vida do assentamento. Com isso, fortalecem as bases que garantirão que o projeto seja construído corretamente e o assentamento permaneça produzindo durante muitos anos. Tem-se clareza, no entanto, que a idéia de se elaborar uma proposta perfeita é utópica. Utópica no sentido que é possível se buscar e almejar esta proposta ideal como algo a ser alcançado como balizador. E para se aproximar do aqui chamado ideal de “perfeição”, serão necessários trabalhos técnicos de geógrafos, biólogos, agrônomos e demais profissionais relacionados, que apresentem um estudo minucioso sobre a potencialidade do terreno tendo em vista não só a rentabilidade dos agricultores, mas também não fugir dos objetivos e compromissos do MST para com a terra, os agricultores e a sociedade (²), que no limite, tem a ver com a sustentabilidade sócio-ambiental. Essa divisão das terras ou divisão de glebas, pode se dar de diferentes maneiras, a partir da sua concepção balizadora. Mas para que seja escolhida uma forma adequada de divisão é necessária a participação ativa dos próprios assentados, já que se a divisão é feita para os moradores, eles devem conduzir as escolhas de acordo com suas próprias necessidades. De acordo com a cartilha “O que levar em conta para a organização do assentamento”, distribuída pelo MST aos coordenadores de cada assentamento, as formas de divisão de glebas podem ser feitas de maneiras diferentes e podendo também misturar-se sendo que um mesmo assentamento pode ser dividido de duas formas diferentes dentro de sua área. As maneiras conhecidas e apresentadas pela cartilha são: o quadrado burro, núcleo de moradia e o núcleo habitacional, que serão discutidas a seguir. A primeira a ser discutida é o modelo “quadrado burro”.

² Site Oficial do MST na internet: www.mst.org.br
<http://www.mst.org.br/historico/objetivos.html>

QUADRADO BURRO

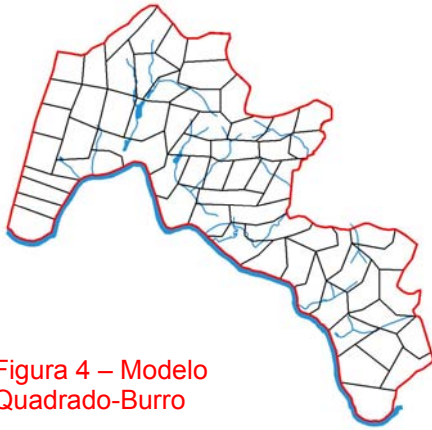


Figura 4 – Modelo Quadrado-Burro

O nome “quadrado burro” foi dado “carinhosamente” pelos próprios assentados para designar um modelo feito às pressas, e pouco funcional. Nesse modelo, os lotes são divididos de forma igualitária dentro do terreno e, semelhante a qualquer loteamento urbano, as casas ficam dentro de seu próprio lote. Ou seja, é um modelo externo que não considera as especificidades do terreno onde vai ser implantado. Essa forma é raramente adotada pelos assentados, salvo a alguns assentados individualistas, que não aceitam de forma alguma trabalho coletivo. Trata-se na verdade de um modelo adotado devido ao fato deste

possuir muitas vantagens para o Incra, como a de não haver necessidade dos estudos criteriosos das particularidades dos terrenos divididos individualmente, assim barateando e acelerando o processo. Este modelo mostra-se simples, rápido e bem fácil de ser feito, logo que não exige muitos cálculos e/ou uma reflexão crítica envolvendo assentados x produção x meio ambiente x sociedade. Visto que este trabalho traz em seu horizonte os objetivos de explorar e refletir as formas alternativas de divisão de glebas, assim lutando contra comodismo, a discussão de todas as diversas vantagens e desvantagens de modelos tais como o quadrado-burro é de suma importância. No que se refere a este modelo, pode-se dizer que apresenta uma grande facilidade para o Estado. Essa facilidade é a de ser bastante cômodo para ser implantado em diversas localidades sem que se tenha consideração com as particularidades de cada tipo de terreno. Apesar da suposta “vantagem”, o modelo apresenta muitas desvantagens tanto para o agricultor, quanto para o estado como: minimiza a velocidade do escoamento da produção, visto que a colheita deverá ser feita lote por lote; dificulta a criação de um sistema único de irrigação, para todo o acampamento, além de elevar os custos por ter de se criar um sistema de irrigação para cada proprietário. Ainda ocorrem aumentos diversos dos custos da implantação de água, luz, telefone e esgoto. Mas, mesmo frente a tudo isso, talvez a principal desvantagem seja a de que esse modelo afasta a idéia da sociabilidade, um dos principais norteadores do MST, que é o de transformar não só o assentamento, mas atingir a sociedade como um todo. O dispersamento dos assentados e o distanciamento dos mesmos acabam gerando diversos problemas: um deles é a falta de segurança que acomete as famílias. Uma família não pode vigiar, ou melhor, cuidar da família vizinha quando os chefes de família não estão. Outro fator complicador, é a distancia entre as famílias, dificultando até uma simples conversa entre vizinhos mais distantes, também minimiza possibilidades da diversidade de culturas por lote, pois com um lote de tamanho pré-definido os agricultores ficam limitados no que plantar na sua terra, já que logo que o tipo de cultura é determinado diretamente pelo tipo de solo, vegetação e relevo. Assim, pode-se observar que esse modelo tem a característica de gerar desigualdade dentro do próprio assentamento, já que os benefícios ficam restritos a minoria. Certamente apenas uma pequena parte dos moradores gozará de privilégios como acesso a água com maior facilidade, proximidade de rodovias e solos compatíveis com o tipo cultura que o agricultor teria vontade de plantar. No limite, o

modelo quadrado-burro incentiva e prioriza o individualismo, rompendo a proposta socializadora do movimento. Assim, esse modelo apenas reproduz empobrecidamente o título formal de propriedade privada, na medida em que não rompe com esses pressupostos individualistas baseado na propriedade particularista.

Além da forma anterior apresentada, o MST apresenta e sugere outras modalidades de divisão de glebas. Estas outras possibilidades apresentam concepções diferentes na divisão de glebas de uma fazenda. São elas o núcleo de moradia e o núcleo habitacional.

Essas duas modalidades se diferem radicalmente do quadrado-burro, entretanto há diferenças básicas entre si, sendo que o modelo de divisão espacial é o que mais se destaca. No núcleo de moradia diferencia do núcleo habitacional, as casas não precisam estar necessariamente em cima dos lotes de cada família.

O núcleo de moradia já é um modelo mais usado pelo MST, sendo adotado por diversos assentamentos. Sendo um modelo mais adotado, torna-se necessário observá-lo mais de perto, analisando suas vantagens e desvantagens.

NÚCLEO DE MORADIA

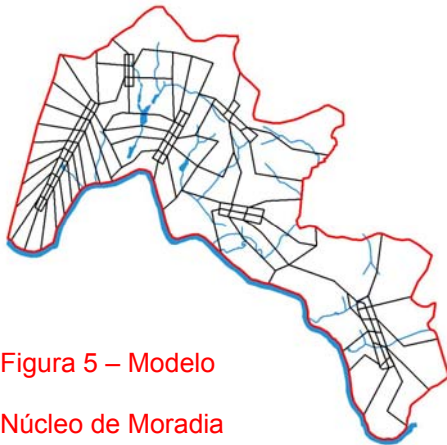


Figura 5 – Modelo
Núcleo de Moradia

O Núcleo de Moradia é um modelo muito usado tanto pelo INCRA, quanto pelo MST, justamente por atender interesses individuais de agricultores mais resistentes que não consideram a hipótese de trabalho coletivo. No núcleo de moradia, o terreno é dividido em vários núcleos (conforme o número de assentados) compostos pelo agrupamento das moradias dos agricultores. As casas ficam localizadas em cima de cada lote.

É realizado um sorteio onde as famílias escolhem a região que gostariam de habitar e seus respectivos vizinhos (esses

selecionados de acordo com o relacionamento entre famílias).

O núcleo de moradia tem como vantagem a facilidade na hora da instalação do cabeamento elétrico, de telefone, oferecimento de água tratada e saneamento básico, pois com as casas próximas entre si, o custo para implantar a rede barateia um pouco. Também por causa da proximidade das casas, uma grande vantagem encontrada pelos assentados é a de sentirem uma maior segurança interna para deixar sua casa e até mesmo seus filhos vigiados pelos vizinhos nos momentos de trabalho.

A desvantagem provocada pela proximidade das casas é a de, no momento da divisão, acampados que não se gostam ou não se agradam ficarem próximos e tornarem-se vizinhos.

Como esse modelo é formado por núcleos onde as casas ficam dispostas umas próximas das outras e as mesmas situarem-se dentro de seus respectivos lotes, a tendência dos lotes ficarem muito espichados é muito freqüente.

Assim como o quadrado-burro, o modelo de núcleo de moradia apresenta um problema gravíssimo que é o de restringir privilégios a minoria dos assentados, devido a divisão que é feita, de maneira que as casas ficam dentro de seus lotes, assim vindo a estimular a produção individual. Cada morador planta o que quiser no seu terreno. Isso foge também dos princípios e objetivos do MST que

são o estímulo de uma produção coletiva e a idéia da terra como bem de todos. Com a divisão dos lotes por morador, cada casa dentro de seu respectivo lote, alguns terrenos serão obviamente mais beneficiados já que estarão próximos de fontes de água, solos favoráveis e outros. Assim o agricultor não poderá escolher realmente o que poderá plantar, mas plantará de acordo com as capacidades reais do tipo de solo do seu terreno.

NÚCLEO HABITACIONAL

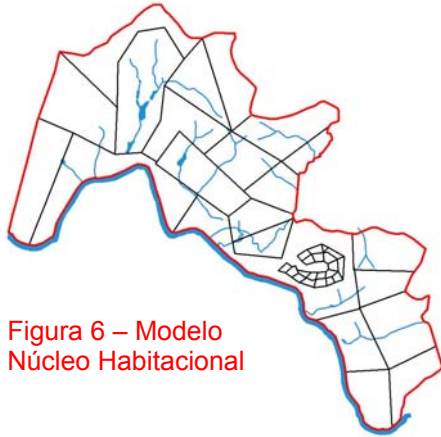


Figura 6 – Modelo
Núcleo Habitacional

O último modelo de divisão de glebas apresentado na cartilha “O que levar em conta para a organização do assentamento” é o modelo chamado de núcleo habitacional. Esse modelo tem muitas características do núcleo de moradia. A grande diferença entre ambos é que no núcleo habitacional a divisão das glebas não se dá por morador. Os moradores podem é claro receber no papel a posse do terreno mas na prática as linhas imaginárias que cortam e dividem as glebas são feitas de acordo com as necessidades do grupo, tipo de solo, relevo, e demais

características físicas importantes. O modelo também segue a idéia da produção coletiva. Idéia defendida entre os princípios do MST.

No modelo, as habitações ficam agrupadas em núcleos, mas os lotes destinados ao plantio não têm que estar necessariamente próximo às casas e nem as casas situadas sobre os lotes.

Um ou mais núcleos habitacionais são criado em pontos do assentamento, conforme a vontade coletiva, e dessa maneira os lotes ficam dispersos dentro da fazenda, divididos pelo tipo de solo e/ou aptidão agrícola do local. Cada moradia possui um terreno (quintal) pequeno, possibilitando o plantio individual para consumo próprio, ou escambo interno, como o de ervas medicinais, pimenta, hortaliças, etc.

Este modelo tem a grande vantagem de atender sempre aos interesses coletivos dos assentados, logo que os lotes são coletivos e a opção de plantio e decisões ficam a cargo de todo o grupo. Assim como o núcleo de moradia, atende muito bem na hora de baratear os custos da implantação de cabeamento de luz e telefone, instalação de serviço de saneamento básico e água encanada. E assim como no modelo anterior, torna o assentamento mais seguro para os assentados pois, como no núcleo de moradia, as casas ficam dispostas em núcleos e próximas umas das outras, facilitando também a disposição física de demais serviços necessários ao assentamento como escola, consultório medico, núcleo social e cultural.

Os tipos de culturas cultivadas são definidos pela aptidão agrícola, relevo, proximidade de água e por votação, assim trazendo menos prejuízos individuais e maximizando a qualidade e o potencial produtivo dos terrenos.

Como a produção e os lotes são coletivos, a compra de materiais caros para manutenção e a compra ou aluguel de maquinário específico para plantio e colheita torna-se viável para o grupo.

A grande desvantagem reside na dificuldade de se introduzir esse modelo entre os assentados, pois alguns ainda carregam traços como o individualismo, o egoísmo e a falta de solidariedade para com o próximo, formados dentro de uma racionalidade capitalista.

CONCLUSÃO

Ao apresentar as possibilidades de divisão de glebas em um assentamento, este presente trabalho procurou trazer as diversas percepções de interação do homem, natureza e espaço. É impossível determinar (e nem é o caso) um ou outro modelo ideal de divisão de glebas para um assentamento rural. Isto porque esta decisão deve ser tomada pelos agentes do processo, os próprios assentados. Assim, não existe uma forma perfeita que se adeque a todas as situações. É possível sim determinar em conjunto com o camponês, morador da região, divisões que facilitarão a sua vida coletiva e individual, onde, por exemplo, o saber técnico - científico se associe a outros saberes e, em conjunto, concebam a melhor opção para aquele lugar. O que se quer destacar é que as soluções se encontram no próprio lugar e é nele que devem ser buscadas.

O homem vem dominando a técnica muito bem, porém esqueceu-se (ou foi manipulado para esquecer) da sua ética, da moral e dos valores que já trabalharam em tempos remotos, em conjunto com a técnica.

O homem do século XXI se diz o dono do mundo, das plantas, dos bichos, das riquezas minerais e, por quanto tempo não se dirá o dono do universo? Pensando ser possível apartar-se da realidade, o homem dito racional, produziu uma sociedade que cada vez mais ruma para a insustentabilidade. É este mesmo homem que se acostumou a ver o seu semelhante morrer de fome, num momento em que mais se produz alimentos.

Ao refletir sobre esta sociedade insustentavelmente desigual, Biberson³ diz que:

“esse domínio e conquista do meio ambiente pelo homem pode, contudo, converter-se em abuso e em poder despótico. A exploração do meio e sua transformação instrumental pode cristalizar-se numa reordenação ou nova criação do caos cósmico, ou ainda desembocar num esgotamento do meio como tal, que ameace deixar o ser humano nesta etapa de sua evolução sem sustento, sem possibilidade de continuar vivendo.

A tendência consumista da humanidade parece chocar-se com os limites das possibilidades do planeta. O progresso técnico e o consumo, a exploração de recursos, as indústrias de transformação, a acumulação de subprodutos contaminados ou indestrutíveis, como os plásticos e a cerâmicas higiênicas, não são, no entanto, os problemas mais graves.”

Ainda hoje, no meio desse caos, produto do próprio homem, pessoas e grupos organizados, tais como o MST, tentam fugir desse pensamento racional capitalista e buscam uma nova forma de pensar.

Assim, porque não resgatar as origens do sistema comunal primitivo adaptado às novas tecnologias? Resgatar a moral e as qualidades que ficaram presas com nossos índios? Nestes termos, algumas das repostas se encontram ou podem ser buscadas na história do próprio homem. O sistema comunal primitivo, presente em uma outra época, coloca elementos que esta sociedade perdeu, ou talvez, felizmente, somente tenha deixado adormecer.

³ Pierre Biberson. A origem do homem, Pág. 130

Não se trata, porém, de pregar um retorno à idade primitiva ou mesmo pré-industrial capitalista. Trata-se apenas de reconhecer que esta sociedade, em seu movimento de reprodução, precisa resgatar valores referidos aos atributos de humanidade.

É certo que o MST, na condição de movimento social guarda contradições. Que nem tudo funciona tal como idealizado. Porém este movimento tem o mérito de provocar nesta sociedade uma reflexão acerca de seus problemas e contradições.

Ao se desenvolver este trabalho, tentou-se “como pano de fundo”, trazer e proporcionar uma reflexão acerca dos processos pelos quais o homem produz o seu espaço e produz sua vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Cláudia A. Romeiro; SOUZA, Edite Prates; JÚNIOR, Gilberto E. Santos. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Comunidade de Resistência Roseli Nunes**. Belo Horizonte, 2004.

BÍBERSON, Pierre. **A Origem do Homem**. Rio de Janeiro, 1979.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Eficiência Econômica e Gestão Democrática nas cooperativas de Produção coletiva do MST**. São Leopoldo: Centro de documentação e Pesquisa – CEDOPE, Universidade do Vale do rio dos Sinos, 1998. (Monografia - Curso de Especialização Superior em Cooperativismo)

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB). **Caderno de Cooperação Agrícola Nº11 - A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária**. São Paulo, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Roteiro Básico Para O Plano De Desenvolvimento Do Assentamento** – PDA. 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro, 2001.

LOPES, Sérgio Nascimento. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Americana**. Montes Claros, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST), CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB). **O que levar em conta para a organização do assentamento**. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção na Agricultura**. São Paulo, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo, 1993.

INTERNET: <http://www.mst.org.br/>

Acesso: 05/03/2005 18:30